

## Câmara responde com demagogia e ameaças

26-Mai-2004

### GREVE NA AMADORA COM ADESÃO TOTAL

Com uma adesão total, a greve de cinco dias iniciada na noite de domingo, 23, prosseguiu até às 24 horas de sexta-feira, afectando os sectores da recolha e jardins da Amadora. Apesar das ameaças e pressões por parte da Câmara, os restantes trabalhadores da autarquia realizaram, na segunda-feira, 24, uma greve de solidariedade que registou elevada participação.

À

Numa tentativa desesperada de minorar os efeitos da greve, o presidente da Câmara Municipal da Amadora enveredou pelo caminho da demagogia, da coacção sobre trabalhadores, ameaças e violações da lei da greve.

Os trabalhadores respondem com determinação e firmeza, numa luta que continua a paralisar totalmente a recolha de lixo em todo o concelho e regista uma significativa adesão no sector dos jardins.

Na segunda-feira, 24, os restantes trabalhadores da autarquia aderiram também em elevado número a uma greve de solidariedade.

### Violação da lei e coacção

As pressões junto dos trabalhadores para que não aderissem à greve começaram mesmo antes do seu início. No passado sábado um encarregado dos motoristas decidiu convocar uma reunião para informar que seriam marcadas faltas injustificadas a quem não comparecesse ao trabalho.

Esta coacção ilegal sobre os trabalhadores teve, ao que parece, o apoio do presidente da Câmara. O STAL denunciou já estas atitudes e avançou com uma queixa junto do Ministério Público.

Para além de ameaças verbais, registam-se ainda violações da lei da greve. Desesperado, Joaquim Raposo não olha a meios para tentar cercear este direito fundamental dos trabalhadores.

## Argumentos demagógicos

Sobre um comunicado que a Câmara Municipal da Amadora têm vindo a distribuir junto da população e algumas declarações prestadas à imprensa pelo seu presidente, o STAL lamenta que o edil pretenda, de forma falaciosa, iludir a opinião pública sobre as efectivas razões que levaram os trabalhadores a esta greve.

De facto, não basta declarar, como faz Joaquim Raposo, se a Câmara tem ou não razões para privatizar serviços. O STAL e os trabalhadores exigem que a autarquia assuma as verdadeiras intenções sobre a gestão do sector de recolha de resíduos e dos jardins.

Em entrevista recente ao jornal A Capital, o presidente da Câmara declarou ser sua intenção criar uma empresa municipal de capitais mistos, revelando mesmo a existência de um estudo económico e de um projecto de estatutos em fase de conclusão.

Joaquim Raposo afirma que a criação de uma empresa deste género não é um processo privatizador. Qual será então a diferença entre a criação desta, na qual se prevê a participação de privados com 49 por cento, e a privatização de 49 por cento do capital da Águas de Portugal?

Sobre este aspecto, o STAL recorda que há cerca de uma semana Joaquim Raposo foi anfitrião do líder do seu partido, Eng.º Ferro Rodrigues, num jantar em que este se afirmou claramente contra o processo de «privatização» da Águas de Portugal. Contradições inexplicáveis!

## Insistência inadmissível

São outros interesses que não os do concelho da Amadora ou dos municípios levam a que o presidente da Câmara não responda à reivindicação clara e simples dos trabalhadores – o abandono das intenções de criar uma empresa municipal para os sectores do lixo e dos jardins, iniciando um efectivo processo de melhoria do funcionamento dos serviços e de rentabilização dos equipamentos existentes.

% inadmissível que o edil mantenha esta greve, que é da sua inteira responsabilidade, penalizando os trabalhadores e a população da Amadora.

Â

Â